



DL-01

Ses. Esp. 24/05/10

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Declaro aberta a presente sessão especial com o objetivo de discutir a regulamentação da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos municípios do Estado da Bahia.

Para compor a Mesa, convido o Sr. Adhvan Furtado, representando o governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner (Palmas), o Sr. Presidente da Femico, Moacir Vidal, (Palmas), convido também o superintendente do Sebrae, Edival Passos. (Palmas)

Gostaria de informa que até o momento encontram-se nesta Casa Legislativa os deputados Adolfo Menezes, Ângelo Coronel, Carlos Ubaldino, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Gaban, Gildásio Penedo, Heraldo Rocha, Ivo de Assis, J. Carlos, Júnior Magalhães e Jurandy Oliveira. Naturalmente, nem todos os deputados se encontram no Plenário, mas alguns se encontram nos gabinetes, acompanhando esta sessão. Até o presente momento, temos a presença de treze deputados que se encontram na Casa e na sessão plenária. Temos também a presença do prefeito de Presidente Dutra, Robertão, que está prestigiando o nosso evento, e de diversas lideranças e personalidades, representantes de outras entidades desse segmento importante.

Gostaria, inclusive, de pedir a todos os presentes, representantes de outras entidades, que façam uma comunicação à Mesa para que possamos anunciá-los no decorrer da sessão. Como proponente desta sessão, inicialmente farei algumas considerações, depois passarei para os demais componentes da Mesa e para os presentes que queiram fazer uso da palavra. Farei aqui algumas considerações iniciais.

(O deputado Álvaro Gomes dirige-se à tribuna.)



10005-IV

Ses. Esp. 24/05/10

Or. Álvaro Gomes

Sessão Especial com objetivo de discutir a Regulamentação da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porto nos municípios do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- É um prazer muito grande estar participando desta sessão especial como proponente, por sugestão do superintendente do Sebrae em Salvador, que tem feito um grande esforço, tem sido um grande batalhador na luta pela consolidação desse segmento.

A Assembleia Legislativa não poderia deixar de fazer esta discussão aqui. Naturalmente, já fizemos muitas discussões sobre a microempresa, mas sobre o tema específico da regulamentação da Lei Geral da Microempresa nos municípios esta é a primeira sessão especial. Já fizemos vários debates e estamos aqui neste momento discutindo uma questão que considero fundamental, que é exatamente a regulamentação da microempresa.

Esse é um segmento muito importante para a sociedade, tendo em vista que é responsável pela geração de mais de 80% dos empregos formais no nosso País, pela geração de emprego e renda, conseqüentemente, é um dos responsáveis pela redução das desigualdades sociais. Por isso é necessário que esse segmento seja fortalecido, incentivado, orientado, para cumprir o seu papel no desenvolvimento com justiça social.

O presidente Lula tem se preocupado muito com a questão da microempresa, seja através da legislação, seja através do incentivo dos bancos públicos. Só para se ter uma ideia, o Banco do Nordeste, em 2003, financiou aproximadamente R\$ 260 milhões. Já no ano passado, o financiamento foi de aproximadamente R\$ 3 bilhões, sendo que uma parcela considerável foi destinada a microempresa e a empresa de pequeno porte.

Então o incentivo a esse setor tem sido permanente através da legislação, do sistema financeiro, da orientação, do fortalecimento e precisa ser cada vez mais incentivado.



A Lei Geral da Microempresa tem uma importância muito grande para o segmento, bem como as leis estaduais e as leis municipais.

Recentemente, aprovamos legislação nesta Casa Legislativa da qual, inclusive, tive a responsabilidade de ser o relator, que estabelece que o governo do Estado destinará as licitações de R\$ 80 mil com exclusividade para as microempresas e empresas de pequeno porte.

E tenho que fazer uma ressalva. Na realidade, o projeto quando veio não determinava a exclusividade, era facultativo. Isso foi uma observação que fizemos como relator, inclusive, através da Femicro e da Federação das Indústrias. E, justiça seja feita, contamos nesse particular, como relator da matéria, evidente que não é fácil incluir determinada emenda que envolva a alteração de um projeto, uma alteração de qualidade. E, na verdade, foi cumprido aqui um papel importantíssimo, tanto os parlamentares de uma maneira geral que levantaram a problemática, quanto o superintendente do Sebrae Edival Passos e o presidente da Femicro. Eu conversava com eles dois o tempo todo e com o governo.

Então, conseguimos um avanço ao colocar na questão das licitações a exclusividade. Isso tem um significado muito forte e quer dizer o seguinte: todas as licitações até R\$ 80 mil são exclusivamente destinadas às microempresa e empresas de pequeno porte. Isso tem uma importância muito grande para o fortalecimento desse setor. Fica claro que precisamos cada vez mais buscar mecanismos para o fortalecimento do mesmo.

E estamos numa luta, há muito tempo, para a criação da frente parlamentar da microempresa, empresa de pequeno porte, empreendedor individual, etc. Inclusive, fiz um projeto de resolução, salvo engano, em 2005/05, já há algum tempo, no sentido da regulamentação e também mais uma batalha para que pudéssemos constituir a frente parlamentar. Felizmente, depois de um processo de muito debate, de muita luta, de muita articulação política interna aqui na Assembleia Legislativa, nós conseguimos finalmente formalizar a frente parlamentar da microempresa e empresa de pequeno porte no mês de março, da qual, mais uma vez, tive a responsabilidade de ser escolhido unanimemente para presidir essa frente parlamentar.



Então, atualmente presidido essa frente parlamentar que tem uma importância muito grande, é mais um instrumento de fortalecimento e nesse aspecto tem um papel muito importante a federação das microempresas e empresas de pequeno porte, que vem solicitando há muito tempo a criação dessa frente parlamentar aqui. É exatamente por solicitação da Femicro que nós fizemos essa luta, apresentamos o projeto, lutamos, articulamos e conseguimos, finalmente, criar, formalizar uma frente parlamentar que conta com mais de 30 deputados, que vem desenvolvendo um trabalho muito importante, inclusive já enviamos para todos os prefeitos do Estado da Bahia uma carta, um ofício orientando as prefeituras a regulamentarem a lei geral, através da legislação municipal, ou seja, é preciso que todos os municípios façam isso.

Nós estamos orientando, pegando informações do Sebrae, do governo do Estado, que também tem feito essa orientação. A frente parlamentar tem reforçado, dizendo como se deve proceder para que essa lei seja aprovada na Câmara de Vereadores de cada município. Edval sempre tem comentado, falado que dos 417 municípios, apenas 18 - subiu para 25 municípios - eram 18 há um tempo atrás quando travávamos aquela discussão, estive conversando com alguns prefeitos e eles já enviaram os seus projetos para a Câmara de Vereadores e estão aguardando a sua aprovação.

Então, qual é o desafio de todos nós: frente parlamentar da microempresa e empresa de pequeno porte, Sebrae, governo do Estado, Femicro, Fieb e outras entidades representativas. O nosso desafio é convencer todos os prefeitos do Estado da Bahia para a necessidade de regulamentação da lei geral da microempresa e empresa de pequeno porte para trazer benefícios para a sua população local. Se nós já temos a lei geral, nacional e estadual, precisamos ter a lei municipal; se com a lei geral nós temos benefícios, com a lei estadual amplia-se esses benefícios, com a lei municipal a ampliação será bem maior.

Esse é o desafio, ao fazer a frente parlamentar da microempresa entrar em contato com todas as prefeituras, através de ofício e orientação com base inclusive em documentos e nas próprias orientação do governo do Estado e do Sebrae, ao fazer isso a frente parlamentar da microempresa, estamos também dando a nossa contribuição, a Assembleia Legislativa



está participando desse processo fazendo com que esse segmento seja fortalecido, seja beneficiado.

Hoje, mais do que nunca nós precisamos buscar o desenvolvimento do nosso Estado, buscar o desenvolvimento do nosso País. Evidente, que o nível de desemprego do nosso País é muito alto, o emprego precário também bastante elevado. Tivemos avanços, o índice de desemprego calculado pelo IBGE em 2003 era de aproximadamente 12%. O índice de desemprego calculado pelo IBGE hoje aproxima-se de 8%. Foram criados aproximadamente 10 milhões de novos empregos formais. Isso é muito importante, é fundamental.

Agora, é bom ressaltar aqui, nesta sessão especial, o fato de que boa parte desses novos 10 milhões de empregos formais no País foram proporcionados pelas microempresas e empresas de pequeno porte. É bom ressaltar isso: que esse é um segmento que gera emprego e emprego formal.

É importante também ressaltar o fato de que o número de trabalhadores informais era maior do que o número de trabalhadores formais. Isso ocorria em 2003, por exemplo. Hoje, inverteu-se a situação. O número de trabalhadores formais é maior do que o número de trabalhadores informais. E o segmento das microempresas e empresas de pequeno porte foi um dos principais responsáveis para que tivéssemos a melhoria nas condições de trabalho de nossa população.

Nós queremos gerar novos empregos. E a microempresa é um segmento importante. Nós queremos que no Brasil não haja ninguém desempregado. O ideal é termos o País com pleno emprego. Mas nós não queremos o trabalho escravo, não queremos o trabalho infantil, não queremos o trabalho precário. O que queremos é trabalho de boa qualidade, trabalho decente, pelo qual as pessoas possam viver com dignidade. Então, esse é o nosso desafio.

A microempresa tem gerado trabalho, e para que gere ainda mais trabalho decente para a nossa população precisa ter incentivo, ser fortalecida, ser orientada, ter uma legislação própria. E é preciso que essa legislação seja aprimorada em seu dia a dia, em seu cotidiano



para que possamos, realmente, ter um País onde todos possam trabalhar, onde todos possam viver com dignidade.

Portanto, esta é uma sessão especial para se discutir especificamente a questão da regulamentação da microempresa nos municípios. E eu tenho certeza que esta Casa Legislativa dará a sua contribuição. Eu tenho certeza que nós, da Frente Parlamentar da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Empreendedor Individual, daremos essa contribuição. Aliás, já estamos dando a nossa contribuição, porque dezenas de prefeitos já foram contatados por nós para que implementassem e regulamentassem a lei em seus respectivos municípios. Nós já fizemos isso como Frente Parlamentar da Microempresa da Assembleia Legislativa.

Tenho conversando também com os parlamentares membros e os não membros da Frente no sentido de darmos essa contribuição para que possamos chegar, num curto espaço de tempo, a ter aqui, em nosso Estado, todos os 417 municípios com sua legislação própria acerca da microempresa e empresa de pequeno porte.

Essas foram as considerações iniciais que eu queria fazer, e dizer que vamos lutar de todas as formas. Precisamos de todos os segmentos, precisamos que instituições e entidades, como a Femicro - Federação das Associações de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, cada vez mais continuem esse processo.

Aliás, a Femicro tem mantido contato permanente com a Assembleia Legislativa. Em todas as leis votadas relacionadas à microempresa, a Femicro está presente. Está presente não apenas para apreciar a votação, mas, na medida do possível, para interferir no sentido do aperfeiçoamento da lei. E outras entidades também precisam fazer isso. Em toda votação importante, é preciso que as demais entidades estejam aqui.

E eu queria só dar um outro informe. Quando colocamos um problema assim, uma questão importante, terminamos abordando em todos os ambientes. Não é uma questão ligada diretamente à microempresa; muito embora, se aprovada e concretizada, também irá beneficiar muito à microempresa. É um projeto de minha autoria que acaba com a tarifa-assinatura dos telefones fixos e móveis no Estado da Bahia. A microempresa paga uma tarifa



telefônica num valor diferente. No caso do consumidor, a tarifa é de R\$ 41,60, quase R\$ 42,00. No caso da empresa, o valor é bem maior, se aproxima dos R\$ 100.

Então, o nosso desafio é acabar com a tarifa-assinatura, isso vai beneficiar não apenas a população do nosso Estado, como também as microempresas, então eu não poderia deixar de abordar isso, já que essa é uma questão que está na ordem do dia e é uma batalha que vimos travando desde 2005. Nunca esse projeto esteve tão próximo da aprovação quanto está agora, inclusive já fiz um requerimento, passou nas três comissões, já tinha feito um requerimento para vir para a ordem do dia, estou coletando assinaturas dos deputados para uma sessão extraordinária, amanhã, com o objetivo de votar esse projeto, preciso de 21 assinaturas, espero contar não apenas 21, mas com 63 assinaturas para que possamos votar esse projeto aqui amanhã em primeiro turno.

Esse é o grande desafio, e não poderia deixar de dar essa informação, não é o tema específico da microempresa, mas de uma forma ou de outra vai beneficiar a microempresa, o empreendedor individual, a população de uma maneira geral, e isso significa também maior distribuição de renda, contribuição também para reduzir as injustiças e desigualdades e, portanto, uma contribuição para que a população possa ter acesso ao telefone, porque sempre tenho colocado desde quando iniciamos essa luta, em 2005, com mais ênfase, que telefone deixou de ser luxo. Telefone não só é uma necessidade de cada cidadão ou cidadã, como também deve se constituir num direito fundamental, num direito de todas as pessoas se comunicarem, porque vivemos hoje numa sociedade que vem se aperfeiçoando, que vem progredindo, que vem se desenvolvendo, e a comunicação é uma das questões-chave fundamentais para todos os cidadãos.

Portanto eu não poderia deixar de dar essa informação aqui e dizer que a microempresa, se depender da frente parlamentar, se depender do Sebrae, da Femicro, do governo do Estado, será um dos segmentos mais fortalecidos aqui neste período, no presente e no futuro. Um grande abraço a todos e viva a microempresa.

(Não foi revisto pelo orador.)



10006-IV

Ses. Esp. 24/05/10

Or. Edival Passos

Sessão Especial com objetivo de discutir a Regulamentação da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porto nos municípios do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra a Edival Passos. Para quem não conhece foi um deputado muito atuante aqui na Assembleia Legislativa, no movimento sindical, e tem sido um destaque na direção do Sebrae. Portanto, parabéns, Edival, pela sua atuação. Com a palavra, Edival Passos.

O Sr. EDIVAL PASSOS:- Obrigado, Álvaro. Bom-dia a todos e a todas do Plenário, eu queria começar fazendo uma saudação ao próprio promotor dessa sessão pela iniciativa, o deputado Álvaro Gomes. Articulamos juntos a necessidade de o debate sobre o tema da micro e pequena empresa começar a tomar espaço nesta Casa Legislativa, apesar de já ter tido algumas iniciativas com aprovação da própria lei estadual, que passou por aqui, da lei de compras governamentais do Estado da Bahia, que também já passou por aqui. Entretanto, não havia ainda uma discussão mais aprofundada sobre a lei geral da micro e pequena empresa e particularmente quanto a sua regulamentação, que é um dos grandes desafios nossos neste momento no Estado da Bahia, é um desafio enorme, mas vamos vencer. Vencer, com certeza absoluta, é uma questão só de tempo.

Às vezes, na vida, a gente define coisas ou caminhos para conquistar objetivos a que outros podem dar nome de estratégia, às vezes as estratégias não são bem aplicadas, aí se muda o curso, rediscute-se, rearruma-se a estratégia.

Agora, Álvaro, não tenho dúvidas de que devemos chegar, até o meado de junho, com aproximadamente cem ou mais de cem municípios na Bahia com a Lei Geral devidamente regulamentada, porque mudamos um pouco a estratégia.

O Sebrae é uma instituição que teve um papel enorme, fenomenal, para instituir esse novo marco regulatório dentro das leis do nosso País. Várias instituições foram importantes, mas posso falar que a mais importante foi o Sistema Sebrae.



Eu participei desse processo desde 2005, quando entrei para o Sebrae. Por isso, posso dizer a vocês que, depois da Lei da Anistia, deputado Álvaro, que mobilizou o País em busca da reconquista da democracia e do retorno dos nosso exilados, com toda a certeza a lei que mais mobilizou o Brasil foi a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Fizemos como aquele movimento de massa, com caravanas, caminhadas e carreatas em vários lugares do País, discussões com os segmentos interessados, como o empresarial e o político. Demorou aproximadamente 3 anos até transformar-se em projeto de lei para ir à Câmara dos Deputados. E lá houve quase um consenso, com uma pequena abstenção, sendo aprovada em 2006, passando a ter vigência em 2007.

Então, essa lei nasceu com uma legitimidade fenomenal. Acho que o grande desafio do nosso tempo é as leis nascerem com legitimidade. Isto é, precisam ser discutidas, antes de haver a aprovação nas Casas Parlamentares, com o público interessado, com quem elas se dirigem. Então, essa lei tem uma profunda legitimidade. Estamos diante de um instrumento fantástico para a promoção do desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Álvaro, eu estava te dizendo que esta é uma sessão representativa; não é das chamadas sessões de massa. Estão aqui representações de entidades que representam centenas de milhares de pessoas. É claro que o nosso desejo era que estivessem aqui muitos parlamentares, muitos prefeitos, mas existe muita representatividade empresarial.

Começo saudando Moacir Vidal e Maurício Carvalho Simões, respectivamente, diretor e presidente da Federação das Micros e Pequenas Empresas, Femicro, grandes batalhadores para organizar as micro e pequenas empresas em torno de uma instituição com a cara delas; está aqui também Alvino Andrade de Carvalho, diretor presidente da Amicro, Associação das Micro e Pequenas Empresas de Pequeno Porte, de Tamarineiro; Aloísio Guimarães, da Amicro de Cajazeiras, que é aquele mundo de pequenos negócios.

Não sei se você terminou, Beto, uma oficina grande... Terminou? Eu não pude ir, estava louco de coisas. Fizemos uma grande oficina do empreendedor lá que terminou no sábado passado, agora, lá em Cajazeiras, está descentralizando a atuação, onde estamos



discutindo questões como micro e pequena empresa, empreendedor individual, e assim por diante.

Marco Moura, vice-presidente da AMICRO de Cajazeiras, queria saudar também essa liderança de um segmento importante, que é o Leandro Sousa, sócio-diretor da Clab Medicina Diagnóstica, que compõe uma central de negócio na área de laboratórios na Bahia, que é uma forma das pequenas empresas, dos pequenos negócios se tornarem mais competitivos e avançar, principalmente. nesse área onde se eleva o capital externo, cada vez mais, comprando os nossos pequenos laboratórios, e a forma de dar vida longa, vida maior aos pequenos é unindo-os. Os laboratórios, de forma inteligente, concordando com a metodologia do Sebrae, de centrais de negócios, estão conseguindo sobreviver avançando e aumentando o seu mercado.

Eu queria saudar Nole Fraga, diretora de gênero do Sindicato dos Bancários da Bahia; Wilson Lázaro, diretor social da AMICRO, já falei; Deraldo Pitombo, do Inforum; Agnaldo Pereira, do Sindicato dos Bancários. Saudar também antes da Mesa, Roberto Carlos, o prefeito de Presidente Dutra, a chamada capital da pinha, conheço de perto. O prefeito vai sair daqui todo empolgado para apresentar o projeto de lei à Câmara de Vereadores. Queria saudar o nosso Adhvan Furtado, superintendente de Comércio da Secretaria Estadual da Indústria e Comércio, representando aqui o secretário James Corrêa, importante parceiro.

A Secretaria da Indústria e Comércio tomou outra cara, em termo de incorporar o tema da micro e pequena empresas, como jamais na história dessa Secretaria assumiu. Agora, está assumindo a parceria altamente sintonizada com o Sebrae. Agora tem vez a micro e pequena empresa, nas atribuições, na missão da SICME, está aqui representada por Adhvan Furtado. Queria saudar também a grande liderança de uma instituição que é responsável também pelo nosso prazer por parte da nossa felicidade. Está aqui presente uma liderança, presidente da Abrasel, Luís Henrique, ali no fundo, que é uma entidade que representa milhares de micro e pequenas empresas na Bahia, são restaurantes e bares. É uma entidade nacional, isso é importante também, a Bahia precisa de lideranças que assumam a sua missão.



Digo sempre: não é suficiente a boa missão das entidades, das instituições, se as suas lideranças não assumirem a missão de suas instituições. No caso da Abrasel, foram dois presidentes espetaculares: o primeiro que é Ronaldinho, do Grande Sertão, foi o primeiro presidente, grande liderança que abriu o campo, foi verdadeiro bandeirante para fortalecer a Abrasel; e agora, Luís Henrique, como presidente da Abrasel, já com aproximadamente 2 anos, está cumprindo um papel muito importante de uma organização desse segmento de bares e restaurantes, que não é pouca coisa. Não sei se temos a densidade demográfica de bar, mas dizem que o Brasil é a maior referência no mundo.

Eu queria dizer a vocês o seguinte: o tema – não vou alongar demais – da microempresa tem dois elementos extremamente importantes. Falar de microempresa, como já diz o deputado Álvaro Gomes, primeiro é falar de quem está mais gerando emprego, ocupação neste País, as micro e pequenas empresas que, cada vez mais, se reafirmam na nossa economia nacional e na economia baiana. Então, primeira importância é isso.

Segunda importância é que, com as micros e pequenas empresas, a gente consegue desconcentrar riqueza e renda com atitudes reais, concretas; não se desconcentra só com palavras. Na medida que ela existe, ela desconcentra a renda, porque, tanto no campo da produção de bens e, principalmente, na produção de serviços, quando ela adentra, consegue desconcentrar renda. Na área do comércio também ela desconcentra renda e riqueza. Claro, quanto melhor trabalhada, mais ainda o efeito é grande.

O outro aspecto é que as micro e pequenas empresas também são as melhores promotoras, são as melhores ferramentas para a promoção do desenvolvimento econômico local. Está aqui o prefeito de presidente Dutra. Na hora em que um prefeito descobrir isso, meu irmão, não é brincadeira!

O que existe nos pequenos municípios, na sua maioria esmagadora, são pequenos negócios, são micro e pequenas empresas que promovem, no dia a dia, o desenvolvimento econômico local.

O que são elas, também, em termos de indicadores? Dizem as estatísticas do IBGE, do IPEA, do Sebrae que as micro e pequenas empresas representam 99.2% das unidades



empresariais do País. Não é pouca coisa! São, aproximadamente, 6 milhões de unidades formais de micro e pequenas empresas no Brasil.

Elas contribuem, isso é um índice por baixo, em torno de 20% para conformação, para composição do produto interno bruto do País. Elas também, o que é muito importante, segundo as estatísticas, estão mudando completamente em 2009 e 2010. Até antes de 2009 e 2010, as estatísticas diziam que as micro e pequenas empresas contribuíam com, aproximadamente, 60% da geração de emprego e renda no País. Mas, agora, a realidade mudou completamente.

As micro e pequenas empresas, em 2009, ano da crise, contribuíram com a geração de 91% dos empregos com carteira assinada no País. É um negócio de louco! Em pleno ano da crise, enquanto as grandes empresas, com medo, demitiram, reduziram seu quadro de pessoal, as micro e pequenas empresas foram para a linha de frente e foram responsáveis por uma geração de 1 milhão de 20 mil empregos no País em 2009, enquanto as médias e grandes empresas contribuíram, de forma negativa, com aproximadamente 27 mil diminuições de postos de trabalho. Estamos falando de algo bastante substantivo na economia brasileira, isso em 2009.

Já em janeiro de 2010, as micro e pequenas empresas geraram 74% das vagas com carteira assinada no País. Tem mais dados atualizados de fevereiro e março que vão também nessa linha, no País inteiro, e na Bahia também.

O estudo histórico do IPEA em relação às micro e pequenas empresas - eu era deputado nesta Casa, em 1993, e o IPEA publicou o mapa da fome. A fome existia no País mas eu falei: “Não, as pessoas estão brincando com a fome. É preciso quantificar para darmos a verdadeira dimensão da fome em todos os locais, nada melhor do que os números.”

Então, fui ao IPEA, em Brasília. Eu era deputado aqui, Luiz Henrique, em 2004, e em 2003 fui ao IPEA e peguei os dados todos municipalizados, uma nova publicação do IPEA e dei explicações em boa parte dos municípios baianos, fazia conferências e explicava. Aí é que as pessoas viam: “Meu Deus do céu, não é só o menino que está ali na sinaleira, não!” Eu falava em números e era um negócio exorbitante.



Os números são interessantes para vermos. O estudo do IPEA comparou 1989 a 2008. Ora, segundo o Ipea, a geração de empregos das micro e pequenas empresas, de 1989 a 2008, cresceu em torno de 119%. As micro e pequenas empresas geraram, em 1989, 14,1 milhões de empregos com carteira assinada. Em 2008, passou para 31 milhões de empregos gerados pelas micro e pequenas empresas do País. Esses são dados do Ipea. Isso significa que, cada vez mais, a economia dos pequenos negócios avança e se consolida no País.

Estou falando isso, porque esses dados mereciam ser divulgados aqui dentro, exatamente o mundo da política. Vou puxar a orelha, aqui, numa boa, mas numa boa não muito boa. É preciso estar no mundo da política para entender que não estamos aqui - por uma pretensão do deputado Álvaro Gomes juntamente com o Sebrae - para falar sobre coisas simples. Estamos falando de coisas substantivas da economia brasileira e da Bahia.

Vocês tem visto os números veiculados pela SEI – Superintendência de Estatísticas e Informações – que informam que também, na Bahia, aproximadamente 80% dos empregos de 2009 foram gerados por micro e pequenas empresas. Em 2010, a Bahia também está seguindo nessa linha.

Entretanto, nós não estamos tendo, e o nosso objetivo é falar da importância... Os números dizem por si só o que é o papel da micro e pequena empresa para gerar renda desconcentrada e empregos.

O nosso desafio na Bahia é fazer com que nós sensibilizemos e contagiemos os deputados. Esse é o objetivo principal desta sessão especial. Deputado Álvaro não disse, mas vou dizer aqui. O nosso objetivo é contagiar os 63 parlamentares que compõe esta Casa Legislativa para que eles abracem essa causa e comecem um diálogo permanente com os prefeitos que os apoiam no dia a dia. Eles devem começar a dizer: “Prefeito, como está a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no seu município? Já aprovou ou não?” Se a Lei não foi aprovada não tem problema, o Sebrae está a disposição para ajudar.

O Sebrae constituiu um corpo de consultores para auxiliar, e a prefeitura não paga absolutamente nada por isso. O Sebrae disponibilizou um corpo de consultores que vai aonde o prefeito topar para poder começar o trâmite inicial, qual seja, apresentar o anteprojeto de lei compatibilizando-o com a legislação municipal, transformá-lo em projeto de lei, o



prefeito assina esse projeto e depois o envia à Câmara de Vereadores para que haja a discussão e a aprovação. Essa é a Lei que mais tem conquistado consenso no País, e não será diferente nos municípios. Nesta Casa, houve a aprovação da Lei Geral e Estadual e da Lei de Compras Governamentais praticamente por consenso, e não será diferente nos municípios. O que desejamos é mais boa vontade dos prefeitos.

O nosso objetivo ficará aqui gravado, evidentemente, e o deputado Álvaro vai repercutir o que foi dito nesta sessão especial nas sessões ordinárias desta Casa. O nosso objetivo é sensibilizar os deputados estaduais. Ao fazer essa sessão, hoje, aqui, pretendemos que os deputados assumam, a partir de hoje, o compromisso de perguntar se a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas foi aprovada ou não, todas as vezes que telefonarem para um prefeito ou que um prefeito telefonar para eles. Trata-se de uma lei do desenvolvimento.

Na medida em que os prefeitos e as prefeituras não regulamentam a lei, o tempo está sendo perdido, pois as pequenas e micro empresas estão deixando de ser beneficiadas. Não tem essa de diminuição da arrecadação, não, está provado que aonde a Lei Geral foi implantada os municípios aumentaram a arrecadação dos seus impostos, particularmente do ICMS porque a base tributária é aumentada.

Só agora com o empreendedor individual, imaginem, tudo na informalidade... Na Bahia, são aproximadamente 750 mil empreendedores individuais que não contribuem absolutamente com nada para as prefeituras. Com a formalização eles contribuirão com uma quantia fixa de apenas R\$ 5,00 por mês, independentemente da sua receita. Se a receita for 1.000, 2.000 ou 3.000 por mês, que é o limite, o valor é o mesmo. Ora, que formalização legal! Mas é preciso que a legislação municipal seja atualizada com a nova Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, caso contrário haverá perda de tempo e de receita.

Os municípios que não regulamentaram a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa estão perdendo receita, efetivamente. Além de estar beneficiando do ponto de vista de melhoria do acesso ao crédito, à tecnologia e à informação e da ampliação de mercado com as pequenas e microempresas é a questão importante, tem um dispositivo na Lei Geral que diz que é preciso ser regulamentado o município, que é o tratamento diferenciado e favorecido das compras governamentais.



Nas compras que o município faz até 80 mil reais, pela lei Geral, deverá comprar de fornecedores que sejam pequenas e microempresas empresas. Na medida que não fazem isso, o que acontece? Vai privilegiar uma grande empresa de Salvador ou de São Paulo e não contribui para a promoção do desenvolvimento econômico e para a promoção de geração e renda locais. Então, o objetivo é exatamente discutir o fundamento da importância de aprovar a Lei Geral das pequenas e microempresas dos seus municípios.

Eu queria encerrar dizendo a vocês que é só um alerta. É bom também, Álvaro, trazer essas contribuições novas. O Tribunal de Contas dos Municípios do Rio Grande do Sul já está com o parecer favorável que suscita e ressalva, no mínimo, a prestação de contas dos municípios, onde a Lei Geral não estiver devidamente regulamentada. Primeiro elemento.

O Ministério Público, é bom dizer isso, vai para a linha de frente. Tanto o Ministério Público Federal como o Estadual são responsáveis pelo ordenamento jurídico da união dos estados e dos municípios. Na medida que a Lei Geral foi instituída como lei complementar em 2006, disse que os municípios teriam um ano para regulamentar a lei Geral. A maioria não fez e está correndo risco de atuação do Ministério Público Federal e Estadual em seus municípios e, conseqüentemente, teve suas contas rejeitadas ou no mínimo ressaltadas. Isso é importante.

Entretanto, essa não é a via que o Sebrae tem procurado. O Sebrae tem procurado, juntamente com outras instituições, convencer de que a lei é desenvolvimentista e isso é que é importante, e não regulamentar a lei pela via da coação. Cabe às instituições que organizam e que fiscalizam o ordenamento jurídico do país, é competência dela sim. Não podemos tirar do Ministério Público esse papel também fiscalizador. Acho que os municípios, à medida que não regulamentam a lei estão prejudicando os seus próprios contribuintes, a sua própria população.

Encerro dizendo que mesmo com tudo isso eu não estou pessimista. Acho que vamos chegar, deputado Álvaro Gomes, a um fortalecimento da Comissão da Frente Parlamentar das Pequenas e microempresas de que V.Ex^a é o presidente e está assumindo isso como uma causa. Eu sei da sua história e do seu compromisso, nós que somos contemporâneos, colegas de longa data, lutadores da causa dos que mais precisam, como é o



caso das pequenas e microempresas empresas. Então, acho que é um tema importante na nossa estratégia, isto é, o fortalecimento da frente parlamentar, esse tema vai passar cada vez mais na cabeça e nos ouvidos dos nossos parlamentares.

A minha cabeça está sempre aberta para inovações, e vamos fazer uma carta individual a cada parlamentar do Sebrae, para reforçar também a sua iniciativa, solicitando que entrem nessa luta. Enfim, vamos fazer todo o possível, porque não é justo que a Bahia, com 417 municípios, só 25 até então regulamentaram a Lei Geral das pequenas e microempresas. E aí não dá para responsabilizar governo do Estado nem Sebrae.

Estou muito tranquilo, há 3 anos que tenho sido um desvairado, um louco por aí fazendo debates e conferências para convencer os nossos prefeitos. Mas é como falei, a estratégia melhorou agora, o governo do Estado e a Frente Parlamentar entraram, e acho que vamos dar um grande salto este ano. Agora digo que precisamos, deputado Álvaro, dar esse salto o mais rápido possível em 2010. Lembremos que 2010 é um ano atípico, de eleições presidenciais e governamentais. A partir do 2º semestre, as cabeças dos prefeitos estarão voltadas para as campanhas, o que é natural. Então, temos que correr, Adma, Álvaro e Moacir, para que cheguemos ao fim do 1º semestre com um mínimo de 150 municípios com a Lei Geral devidamente regulamentada.

Eu acredito nisso. Nós estamos fazendo a nossa parte, os nossos consultores estão descendo para o interior e agendando com os prefeitos. Agora, com a soma de esforços das instituições, como a Assembleia Legislativa, nós poderemos aumentar, e muito, o número de prefeituras com a Lei Geral devidamente regulamentada.

Enfim, eu queria agradecer esta oportunidade e dizer que não estou pessimista, que nós iremos para a frente, pois esse é um desafio natural da vida. E iremos vencer mais esse desafio.

A Bahia está no *ranking* como o melhor estado, até o dia 16 de maio ocupava o 1º lugar, em formalização de empreendedor individual. Passamos o gigante São Paulo. Isso é orgulho para nós, principalmente do Sebrae, que foi para a dianteira e está indo para o governo do Estado, bem como para outras instituições e prefeituras.



Colocamos São Paulo para trás, uma vez que formalizamos, até o dia 17 de maio, 6.413 empreendedores na Bahia, com uma grande campanha feita por nós em Salvador e no interior. Em São Paulo, foram 6.078 empreendedores formalizados; nós passamos o gigante.

Hoje, somos o 4º estado do Brasil em termos de formalização de empreendedor individual. Da mesma forma que está aí, nós precisamos que a Lei Geral saia da 3ª posição, de baixo para cima, para ser, possivelmente, a 4ª, como é, hoje, no caso do empreendedor individual formalizado, no País. Eu acredito que isso seja possível de ser conquistado.

Um grande muito obrigado, deputado Álvaro, por sua iniciativa.

(Não foi revisto pelo orador.)



10007-IV

Ses. Esp. 24/05/10

Or. Moacir Vidal

Sessão Especial com objetivo de discutir a Regulamentação da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porto nos municípios do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- É importante registrar a representatividade desta sessão. Nós temos aqui várias entidades, inclusive o Movimento dos Sem-Teto, Rita está presente; os bancários; a União Brasileira de Mulheres; bem como a representação do deputado federal Daniel Almeida, que talvez chegue a tempo, mas temos Paulo Costa que o está representando.

Queria informar, também, que esta sessão especial está sendo transmitida ao vivo pela *TV Assembleia*. A transmissão ainda é em canal fechado, Edival, mas há uma luta para que a *TV Assembleia* seja transmitida em canal aberto, para que uma maior parcela da população possa acompanhar diariamente os trabalhos dos parlamentares e da própria Assembleia Legislativa.

Mas, apesar de ser em canal fechado, todos podem ter acesso através da internet no site www.alba.ba.gov.br e assistir, tranquilamente, ao vivo em qualquer lugar do mundo esta sessão especial, bem como todas as atividades da Assembleia Legislativa.

Estou falando isso para reforçar a importância desta sessão, porque, apesar de não termos aqui uma multidão, e esse não era o objetivo, o objetivo era ter uma representatividade grande, temos 18 deputados que estão na Casa, uns passaram por aqui pela sessão, marcaram presença e estão em seus gabinetes acompanhando, temos a presença de várias entidades importantes. Além disso, a sessão está sendo transmitida pela *TV Assembleia*. Não temos a audiência, mas seguramente está na casa dos milhares de pessoas que estão assistindo a esta sessão especial.

Concedo a palavra ao presidente da Femicro, Moacir Vidal.

O Sr. MOACIR VIDAL:- Bom-dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa, Edival Passos, pelo brilhante discurso que fez em defesa desse segmento tão importante para o nosso País. Edival é realmente um motivador, um mobilizador em defesa da micro e pequena



empresa e tem feito um trabalho pelo interior do Estado, pela capital, bastante eloquente. Na verdade, ele tem cumprido esse papel muito bem, porque esse papel é um papel do Sebrae, Serviço Brasileiro de Apoio Técnico à Micro e Pequena Empresa. Então isso tem sido muito importante. Quero cumprimentar o superintendente da Secretaria da Indústria e Comércio, Adhvan, que está aqui representando o governador e o secretário da Indústria e Comércio. Adhvan, juntamente com Margarida, coordenadora de micro e pequena empresa, que está ali, tem feito um belíssimo trabalho em defesa da microempresa, a ponto de alguns chegarem a dizer que a Secretaria da Indústria está virando a secretaria da microempresa. Que bom, não é? Isso é muito importante, Adhvan. Não vale falar da importância da microempresa, geração de emprego, distribuição de renda, é chover no molhado, porque isso todos nós já sabemos. Parabéns pelo trabalho que vem sendo desenvolvido na Secretaria, que lançou, no dia 9 do mês passado, num evento conjunto com a Femicro, o Fórum Regional da Micro e Pequena Empresa. Sei que você, Edival, está ligado, que você é um ator importante nisso.

O Fórum Regional da Micro e Pequena Empresa é um fórum onde serão debatidas as principais dificuldades, os principais gargalos da microempresa, em conjunto com o governo, com as instituições, para apresentar propostas de políticas públicas para o segmento. Na semana passada, houve a eleição dos coordenadores da iniciativa privada e a indicação dos coordenadores de governo. Vale ressaltar que a Femicro assumiu no fórum a coordenação, deputado Álvaro, que julgamos muito importante, que é a de compras governamentais. Finalmente quero cumprimentar, na Mesa, o deputado Álvaro Gomes. Esse deputado tem se transformado, ao longo dos últimos anos, no deputado que está defendendo a microempresa. Alguns podem até questionar por que um deputado do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, que luta pela causa dos trabalhadores, está defendendo a micro e pequena empresa com tanta veemência, com tanta atuação. Isso é plenamente compatível, tendo em vista que o próximo passo do trabalhador é ser um micro e pequeno empresário, é ser um empreendedor individual.

Eu já fui trabalhador, bancário, fui do Sindicato dos Bancários, atuei muito no sindicato e acompanhei o trabalho de Álvaro naquela época. Então, a aspiração de todo trabalhador é ser um empresário de pequena ou microempresa. Além do mais, o pequeno e o



microempresário geram trabalho, emprego e renda, como já foi citado aqui muito bem por Edival Passos. Isso é plenamente compatível.

O deputado também realizou uma sessão especial sobre as pequenas e microempresas, foi relator da lei das compras governamentais, incluindo alterações nessa lei. Enfim, o deputado Álvaro Gomes tem participado dos eventos da Femicro, apoiou na Secretaria do Trabalho a criação de uma coordenação de pequena e microempresa para defender os interesses delas.

Por isso que digo, com muita tranquilidade, sem questões político-partidárias, que Álvaro tem se transformado no deputado das pequenas e microempresas.

Quero cumprimentar o meu companheiro Elvino, que está aqui com as lideranças do Tamarineiro, uma associação nova que envolve aquela região do IAPI, Caixa d'Água, Pero Vaz; Félix e Marcos Moura, respectivamente, fundador e atual presidente da Associação de Cajazeiras; o advogado Werber, diretor da Femicro, que tem sido um grande parceiro e orientador; a nossa companheira Margarida, que tem nos apoiado; Carvalho e Kilder, que atuam no CDL e na Amicro de Lauro de Freitas; e também está aqui um companheiro da Associação Brasileira de Desenvolvimento dos Municípios Integrados; o nosso Luís Henrique, da Abrasel; Luís Reinan, empresário importante da Bahia que atua nesse segmento da microempresa.

Não vou me alongar falando sobre a importância da implantação dessa lei nos municípios, mas quero destacar alguns pontos. Essa lei é da Constituição de 1988, que estabeleceu que as pequenas e microempresas merecem um tratamento preferencial, diferenciado, desburocratizado. Está na Constituição de 1988, arts. 170, 176, 140. E a partir daí esses dispositivos constitucionais precisam ser regulamentados. E depois de uma luta de muitos anos, em 2006 veio essa regulamentação, que é a Lei Complementar nº 123, conhecida como a Lei Geral.

Essa lei tem duas partes. Uma, tributária, que é o Super Simples, como é conhecido, ou Simples Nacional. A outra é a não tributária, que fala de Ciências e Tecnologia, Associativismo, da criação dos fóruns, das compras governamentais e de acesso ao mercado. Toda essa parte não tributária está na Lei nº 123.



De 2006 para cá, em 2007 houve uma ampliação, um aperfeiçoamento, que foi a Lei nº 128. E precisamos agora regulamentar a Lei Geral nos municípios.

Existem estados no País, deputado Álvaro, que já implantaram essa Lei Geral em 100% dos seus municípios. Mas a Bahia, infelizmente, está atrasada nisso. Como Edival e Álvaro já falaram, aqui somente 25 municípios, ou seja, menos de 10%.

Essa lei dará um norte ao desenvolvimento econômico a partir da fixação das pequenas e microempresas do município. Até por isso os prefeitos deveriam estar aqui. Então, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no município vai ajudar o prefeito a atuar junto a esse segmento. Ela dará a orientação ao prefeito de como propiciar o desenvolvimento econômico do município. Sabemos que hoje menos de 20% dos municípios da Bahia representam mais de 70% do PIB. Então, todos os outros 400 municípios são pequenos, pobres, com dificuldades e que, através das pequenas e microempresas, poderão provocar o desenvolvimento local.

Sobre a geração de emprego e renda nos municípios não preciso falar.

A lei possibilita as ações conjuntas, as ações sistêmicas para a prefeitura. E como já disse, essa lei fala do Simples Nacional, do Super Simples, fala do empreendedor individual de que Edval falou muito bem, é um defensor. Esse empreendedor individual é um trabalhador de ação social muito grande porque faz inclusão social.

Todo personagem que é um pipoqueiro, borracheiro, muitas vezes trabalha independente, não faz parte de uma previdência social, não faz parte de um sistema financeiro bancário. Então, de uma forma muito simples – Marco Moura tem atuado muito, pois é contador, no registro desses empreendedores nas microempresas de Cajazeiras–, quando ele registra isso, quando há o registro como empreendedor individual, o indivíduo passa a ter a seguridade social e paga apenas R\$56,00, dos quais R\$1,00 vai para o Estado, R\$ 5 para o município e R\$50,00 vai para a previdência social. Desta forma passará a ter direito à previdência social, à aposentadoria. Então, esse é o principal fator, além de ter um CNPJ simplificado e acesso ao sistema financeiro.

Portanto, essa questão do empreendedor individual é importante e é por isso que todas as instituições falam tanto.



A lei fala de acesso a crédito, de associativismo, de tecnologia, inovação e desburocratização. Por isso falar da importância da implantação dessas leis no município é muito fácil, porque a FEMICRO tem tido uma atuação muito importante em congressos, seminários, fóruns debates em Brasília junto com o sistema COMICRO. O nosso presidente da COMICRO pediu que falasse que ele não pode estar presente, mas nós o representamos.

Em Brasília temos tido essa atuação muito forte no Fórum Nacional para defesa desse segmento. Isso é de fundamental importância. Então, é muito fácil falar da importância, o difícil é por isso na prática.

Sabemos que no Brasil existem leis que pegam e que não pegam. Essa lei tem que pegar, depende da sociedade civil organizada, das associações, das entidades de representação empresarial se unirem, porque ninguém faz nada sozinho. Não adianta querer só a FEMICRO.

Temos a FEMICRO, a FCDL, a FIEB, a Fé Comércio, a FAEB e diversos outros sistemas de representação empresarial que precisam se unir e têm forças e representação nos municípios do interior. Juntos iremos fazer essa lei pegar, só depende de nós, entidades de representação, porque cada um tem o seu papel, o papel do Sebrae é apoio técnico; o papel da Assembleia Legislativa, nosso papel como entidades de representação, porque cada um tem o seu papel, o do Sebrae é apoio técnico; o da Assembleia Legislativa é aprovar as leis; o papel do governo é operar, facilitar, dar estrutura para que tudo isso funcione, mas o papel das entidades empresariais é muito importante, porque tem que cobrar, pressionar todos os segmentos da sociedade: o governo, o Legislativo, o Executivo, para que possa funcionar, e o Sebrae também, como Serviço Brasileiro de Apoio Técnico, temos que cobrar e exigir, e o Sebrae tem feito esse papel muito bem.

Então, as entidades empresariais é que neste momento precisam dar as mãos, precisam se unir nos seus municípios para cobrar de seus prefeitos e dizer que as CDLs, Associações comerciais, todas as entidades, os sindicatos do comércio, os sindicatos da indústria ligados a essas federações precisam chegar lá e dizer: prefeito, precisamos implantar essa lei, precisamos aprovar, é constitucional, é obrigação, tem que fazer, além de ser obrigado, mas tem que haver a pressão, como Edival disse, as instituições que têm que



cobrar já vão começar a cobrar dessas prefeituras que não estão implantando. Então precisamos fazer essa lei pegar.

A Femicro tem levantado uma bandeira também que é a do aperfeiçoamento da lei. Nós precisamos começar a trabalhar, e já está sendo levantado no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar já tem começado a discutir, a Comicro está lá representando, discutindo, nós precisamos melhorar esse instrumento, que é incluir todas as atividades no Simples Nacional, tem muitas atividades importantes que estão de fora.

A questão da substituição tributária, a questão da diferença do ICMS, que pode muito bem ser incluído numa lei complementar. Na fronteira dos Estados tem um parâmetro para recolhimento, porque há uma guerra fiscal entre os Estados e há uma cobrança antecipada, há a questão da substituição, e isso tem prejudicado muito as micro e pequenas empresas.

A correção dos valores de enquadramento já está tendo uma discussão para aumentar, porque o valor do empreendedor individual hoje é de 36 mil/ano. Isso significa três mil reais/mês, é muito pouco, Marcos sabe disso que é muito pouco. Então já estamos falando em aumentar esse valor para 60 mil. Alguns empresários têm me cobrado, eles estão parando de vender, estão segurando as vendas para não sair do Simples, e esse valor é de 2006, precisa ser corrigido.

Então estamos discutindo já a questão de aumentar de 240 mil o microempresário para 360 mil e dois milhões e quatrocentos a pequena empresa para três milhões e seiscentos. Isso é mais um aperfeiçoamento que precisa ser feito.

Para finalizar, gostaria de enfatizar que agora a Femicro vai ter um papel importante por causa do Comitê de Compras Governamentais. Nós precisamos melhorar, aperfeiçoar a lei das compras públicas, as leis de licitações, que precisam ser aperfeiçoadas tanto em nível federal, na lei complementar que já está se discutindo, essas mudanças na lei que estou falando aqui, nós estamos trabalhando para aprovar este ano, porque este ano é um ano de eleição, e a lei geral da micro e pequena empresa foi aprovada em 2006 que foi um ano de eleição, Adhvan, então precisamos aproveitar esta oportunidade para aprovar essas mudanças na lei, essas mudanças de valores ainda este ano.



E a questão das compras governamentais, no ano passado o governador assinou o decreto, nós estávamos presentes, criando tanto o Fórum Regional Permanente quanto a Lei de Compras Governamentais. E precisamos aperfeiçoar essa lei, precisamos divulgar, precisamos fazer ela pegar, precisam as entidades empresariais falar para os seus associados, para os seus filiados que existe uma lei, em que o deputado Álvaro Gomes foi o relator, de Compras Governamentais que reserva até 80 mil de todas as compras do governo do Estado, todas as licitações até 80 mil são exclusivamente para micro e pequenas empresas. Mas isso não tem acontecido, gente, não temos usado, precisamos divulgar, é acesso ao mercado, isso está falando de acesso ao mercado, a questão da simplificação, as empresas podem participar e depois apresentar a documentação que estiver faltando. Enfim, temos um caminho pela frente.

Quero parabenizar o deputado Álvaro Gomes pelo requerimento para a realização desta sessão especial, ao Sebrae que também incentivou e, digamos assim, foi um dos mentores desta sessão aqui, porque a gente precisa implantar nos Estados. Gente, a causa, Edival falou aqui dessa causa, a causa da microempresa precisa ser abraçada com militância e comprometimento.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



10008-IV

Ses. Esp. 24/05/10

Or. Zé Neto

Sessão Especial com objetivo de discutir a Regulamentação da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porto nos municípios do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Contamos aqui com a presença do deputado Zé Neto, um dos defensores desse segmento.

Concedo a palavra ao deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Pessoal, primeiro, quero dizer que é um prazer estar com vocês. Quero saudar a Mesa, o meu amigo Álvaro, o Edival, que é um professor desde o meu começo de vida e em cujo partido tenho a honra de participar com ele, o PT, o meu amigo Bororó, o Roberto, que eu chamo de Bororó, nosso gerente administrativo do Sebrae. Também tive a felicidade de ser colega dele na república na época de estudante, sem nenhuma dúvida, é meu irmão, um irmão para a vida toda. Com ele a gente aprende muito e boa parte da minha referência intelectual foi dentro do quarto da república, porque Bororó sempre foi um grande intelectual, combativo, do *front*, enfrentamos ali a transformação da ditadura militar em um processo democrático. Eu tenho a honra de estar num evento que conta com ele, que é um dos protagonistas do Estado na luta pela mudança de paradigmas. Advan, que representa o nosso governador, representa a Indústria e Comércio, e Moacir, que trata de um assunto que, do meu ponto de vista, é um dos assuntos estratégicos para o nosso governo, para o nosso presidente Lula.

Gente, eu costumo dizer que houve uma coisa importante no Brasil com relação à crise do mensalão. É que, até a crise do mensalão, havia entendimentos de alguns setores do governo e da base aliada do governo de que os números eram mais importantes naquele momento do Brasil do que qualquer outra coisa. E quem comandava os números naquela época eram a FIESP com o agrobusiness e os grandes monopólios econômicos que aqui montavam seus interesses corporativos.

As corporações nunca querem que os pequenos cresçam, aliás, só querem que os pequenos cresçam se fizerem parte das corporações que são comandadas por interesses muito



mais puros e consistentes do que apenas o interesse da política partidária ou governamental, desse ou daquele governo.

Enfrentar isso só é possível com o pé no chão e com uma prática de desenvolvimento que seja voltada para o interior. Eu não vejo nenhuma outra coisa a ser comemorada neste País senão os dados que hoje invertem a lógica do que tínhamos antes do mensalão no começo do governo Lula, principalmente por pressão muito forte da base aliada e por um certo vacilo de uma parte do governo que, depois, entendeu que era preciso jogar o desenvolvimento para a base. E aquela pirâmide – passamos 500 anos botando dinheiro em cima da pirâmide para chegar em baixo - chegava? Não chegava. Era um coisa muito simples, uma pirâmide. Muito pelo contrário, chegavam as anistias, os débitos absurdos contraídos junto aos Bancos do Brasil, do Nordeste e Desenbanco. Depois as anistias, os grandes lobbies montados por grandes corporações, por grandes interesses. Lula pegou e disse: “Não, eu vou botar o Bolsa Família.” Bilhões no Bolsa Família. Vamos botar bilhões no Luz Para Todos. E o Luz Para Todos não era só botar luz na casa do sujeito, não. Era tocar o desenvolvimento para que todo mundo pudesse ter uma geladeira, uma televisão, um computador. A informação, botar a casa de farinha para funcionar, botar o poço para rodar, botar a economia para girar.

E aí, gente? O Piauí cresce, em 2, 3 anos, 78% do seu comércio. E aí, gente? O Norte e o Nordeste, Edival, nos últimos 2 anos, cresce mais economicamente do que o Sul e Sudeste. E isso historicamente, Bololó, é um fato que precisamos tomar como emblemático que mostra consistentemente que a política governamental acertou na mão. E hoje, se Lula está sendo apresentado ao mundo como um grande Líder político, fundamentalmente, é esse desenvolvimento, essa vetorização do Norte e do Nordeste, essa interiorização que dá o porte da nossa política nacional. O Brasil é outro, e todo mundo ganha quando a gente vai assim.

É muito mais barato construir um cidadão no interior do que aqui. E onde é que entra a microempresa? É tudo isso. Ninguém se engane, eu defendo muito aqui as estratégias de articulação e de interlocução entre atacadistas e varejistas. Mas, como digo sempre, o governo ainda não entendeu como deveria. Quero ser deputado de novo, se Deus permitir e os votos me derem essa condição, para ir em busca, com mais vigor ainda, dessas



interloquções de câmaras técnicas, que não têm tido a atenção que espero que tenham, porque é nelas que as políticas vão se legitimando.

Eu vi a sua entrevista, Adhvan, falando muito em lei. Mas lei não resolve nada se não houver legitimação! E o número de presentes aqui mostra que precisamos legitimar muito mais ainda esse trabalho, levando a campo o que temos como mecanismo de desenvolvimento.

Vou dar um exemplo do que é isso: com o Programa Mais Alimentos o sujeito pode comprar do facão ao tratar com juros zero. Por que, então, há uma adesão tão baixa a esse programa? Por que fui comemorar, em Tanquinho, o fato de uma pessoa ter comprado um trator, que começará a ser pago daqui a 3 anos, sem 1 centavo de juros?

Minha gente, estou instigando, mas, obviamente, tenho os senhores como heróis e as senhoras como heroínas... Temos de entrar no compasso, pois daqui a pouco vai na contramão do que a nossa presidenta quer.

Mas, fundamentalmente, tem de haver mais adesão a essas políticas institucionais. Não apenas às que dizem respeito à normatização, mas também às que buscam, objetivamente, melhorar as condições de transformação cultural dos nossos empreendedores. O empreendedor, do meu ponto de vista, precisa mudar muito mais a sua cultura do que as condições que estão sendo postas para financiamento. Por exemplo, segundo alguns dados do BNDES, que não vou nem passar para os senhores, mas tenho certeza de que Edival sabe o que estou dizendo, existe dinheiro sobrando do Banco do Nordeste e BNDES que não está sendo utilizado.

Minha gente, não é isso o que queremos! Agora, há o lado positivo? Há, pois a cada dia a pequena e a microempresa vão consolidando essa grande base que permite o desenvolvimento e a valorização do trabalho. E frisemos que nunca existiu uma ampliação da riqueza no Brasil como vemos atualmente. Hoje, ampliamos o número de ricos e da classe média e diminuimos o número de pobres. Isso demonstra que quando o dinheiro vem para baixo, chega para quem trabalha. É a valorização do trabalho; é o não à corrupção. Enfim, é a remodelagem de toda essa ação de políticas que vai dando ao Brasil mais capacidade de entender quem são os seus verdadeiros representantes. E estamos vivendo um momento



crucial na história deste País com a consolidação dessa política de Estado que visa valorizar a pequena e a microempresa.

Parabéns ao Sebrae pelo trabalho que faz; parabéns a todas as representações citadas pelo deputado Álvaro e por Moacir por estarem aqui hoje.

Para encerrar, vou dizer uma coisa, deputado Álvaro, que tem me preocupado muito: outro dia nós aprovamos aqui, por unanimidade, uma lei que regulariza o sistema de transporte alternativo – uma atividade micro – neste Estado. Ou seja, acabamos com essa história desse setor ser eternamente marginalizado. Daqui para frente não tem mais eternidade, brocamos a eternidade.

Vejam, vocês têm nesta Casa um fórum que em 2 meses, depois de 3 anos, aprovou uma lei que diz respeito ao pequeno e ao micro. E é esse pequeno empresário, pessoa física ou jurídica individual, que está na ponta transportando as pessoas para a feira livre, de ponto a ponto, gerando desenvolvimento.

Mas vimos, depois, que mexemos em corporações. Aí essas corporações dizem, por exemplo, que estamos defendendo traficantes aqui. Outro dia ouvi um comentário absurdo de que eram contrabandistas de armas, essa coisa toda.

Mas não é isso que incomoda, o que incomoda mesmo é outra coisa: é que nestes governos, do presidente Lula – eu vou dizer claramente o que penso – e do governador Wagner, estamos tirando da exclusão todos aqueles que eram tidos como marginais, no nível econômico, e ficavam sempre aguardando as sobras, as migalhas que vinham de uma elite burra, centralista e que deixou este País a reboque.

Por pouco não teríamos a Petrobras, toda a nossa parte de tecnologia, a parte de energia elétrica, nossos bancos, que, aliás, hoje, são os grandes geradores de desenvolvimento: Caixa Econômica, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, o próprio Banco Central e a Desenharia na mão do setor privado, não do setor privado nacional, mas na mão de interesses corporativos.

E hoje eu venho aqui dizer a vocês – não podia deixar de vir aqui. Eu estou com várias reuniões para participar, mas tinha que vir, Edival e Álvaro, que faz um belo trabalho à frente desse tema aqui, na Casa – que estamos no caminho certo, que os obstáculos são do



processo, e não seria diferente, até porque os obstáculos nos estão mostrando de que tamanho somos, e não somos pequenos.

E outra, é a primeira vez na história deste País que, nos últimos 8 anos, vimos focar-se políticas públicas claras. Ainda resta muito o que fazer, muito. Ninguém está aqui dizendo que é o ideal, não, ao contrário, ainda há muita coisa para se conquistar, muita disputa para fazermos.

Todo dia temos que salvar a União, porque temos que fazer disputa política dentro de governo, dentro de secretaria, dentro de todo lugar. Isso é do dia a dia, é da engrenagem. Mas eu tenho a alegria de, nesta Casa, ver, como não existia antes, vocês comparecendo – não foi a primeira vez –, terem leis aprovadas. Não precisa fazer *lobby*, não, é preciso trazer para cá o que é legítimo e o que é necessário para que possamos fazer com que no interior o desenvolvimento ande.

Porque passo a passo, ponto a ponto, em cada rincão deste País onde se leva uma lâmpada, onde se acende uma lâmpada acende-se também a esperança; onde conseguimos tirar alguém da miséria acendemos a esperança. E ninguém vai fazer esse caminho de forma harmônica e com consistência no desenvolvimento sem ter os micro e pequenos empresários fortalecidos e sendo a grande mola propulsora de riqueza, desenvolvimento e felicidade.

Parabéns, a luta continua, e que venham os obstáculos para enfrentarmos. (Palmas)
(Não foi revisto do orador.)



10009-IV

Ses. Esp. 24/05/10

Or. Adhvan Furtado

Sessão Especial com objetivo de discutir a Regulamentação da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porto nos municípios do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra Adhvan Furtado, representando o governador do Estado e o secretário da Indústria e Comércio, James Correia.

O Sr. ADHVAN FURTADO:- Bom-dia, senhores e senhoras aqui presentes, gostaria de agradecer ao deputado Álvaro Gomes; a Moacir Vidal, presidente da Femicro; a Edival Passos, superintendente do Sebrae; ao deputado Zé Neto; todos grandes entusiastas desse setor, que é um setor importante, das micro e pequenas empresas.

Gostaria de dizer aos senhores que esse entusiasmo já contagiou o governo. O governo já tem a sua lei geral para micro e pequena empresa promulgada. E no final do ano passado ele regulamentou todo o processo de compras públicas e a criação do Fórum Regional, é importante ser dito, porque, como o deputado Zé Neto comentou, não basta uma legislação, é necessário que tenhamos ações concretas para fazer com que a legislação funcione.

Por isso mesmo gostaria de convidar as entidades aqui presentes a se habilitarem ao Fórum Regional Permanente do Estado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que é um fórum de discussão que vai permitir que esse debate que estamos fazendo aqui se transforme em políticas públicas concretas, em ações de fato.

Para se ter uma ideia, esse fórum é composto de seis câmaras temáticas: Tecnologia e Inovação; Desoneração e Desburocratização; Processo de Treinamento e Capacitação de Pessoal; Financiamento; e Acesso a Mercados.

É incrível como, hoje, um pequeno empresário que não está formalizado, um ambulante, tem que utilizar os mecanismos de crédito alternativos, aqueles ilegais, nos quais paga taxas de juros altíssimas, 20%, 30%, quando poderia estar num banco formal, conseguindo taxas muito reduzidas, taxas subsidiadas.



Outro item importante é a questão das compras públicas, compras governamentais. E aqui eu quero fazer uma ressalva. Hoje, eu estava contabilizando ali, na Mesa, agora, que nós temos em quatro secretarias de Estado áreas responsáveis especificamente para tocar ações para as micro e pequenas empresas. Então, quando você vai na Secretaria de Administração do Estado, tem uma área responsável por compras públicas direcionadas para as micro e pequenas empresas. Quando você trabalha para Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda, você tem pessoas pensando em como qualificar e como gerar emprego nesse segmento.

Na Secretaria de Indústria e Comércio, pela qual estou representando o secretário James Correia e o governador, temos uma área que a Margarida Diel brilhantemente conduz, responsável por coordenar a Secretaria Executiva desse fórum e lembrar que não é o fórum do governo, é o fórum da população, de vocês, das entidades. Além disso, há ainda a Secretaria da Fazenda, trabalhando com todo processo de desoneração, desburocratização e companhia com a Juceb.

Bom, o nosso objetivo aqui é sensibilizar todos os nossos deputados, todas as entidades representativas, para a importância da municipalização dessa lei. Então, hoje o governo do Estado tem uma legislação, de fato, mas é preciso que em cada município essa lei também exista. Por que isso? Já foi comentado bastante por nossos companheiros aqui, mas principalmente porque isso vai trazer desenvolvimento, vai trazer emprego, vai trazer renda e vai trazer arrecadação para esse município.

Então, imaginem que hoje, numa feira regional, uma feira municipal, ou em todo o comércio informal que ocorre na região, todos aqueles cidadãos não têm direito a nenhum benefício do governo, não têm direito a aposentadoria, não têm direito a um crédito, não têm direito a negociação da prefeitura para a vinda de seus produtos, e com a simples promulgação de uma lei como essa, que não é muito complicada, não, uma lei fácil de colocar em vigor, você vai permitir que naquela região, naquele município, o prefeito possa ter uma política direta para seus cidadãos.

No momento em que ele realizar uma compra, não vai precisar comprar de quem está na cidade vizinha, vai poder comprar para o micro e pequeno empresário que ali está,



porque o micro e pequeno empresário, que vai ceder aquele mercado, que tem relacionamento com a prefeitura, que vive naquele ambiente. Mas se nós tivermos uma campanha – e a Bahia está de parabéns e também a Sebrae – em relação à formalização do empreendedor individual, vamos permitir que aquele ambulante, que aquele pequeno comerciante tenha acesso a linhas de crédito diferenciado, tenha acesso a poder para seu empregado, que tem uma carteira assinada, que a empregada possa ter uma licença-maternidade. Então, todos esses benefícios podem e devem ser conquistados se a prefeitura se mobilizar para encontrar essa legislação.

Precisamos do apoio da prefeitura nesse processo. Não basta o governo do Estado, não bastam as entidades aqui, é necessário que todo mundo esteja junto nisso. Reforço aqui o convite a todas as entidades para que se habilitem. Vocês podem se habilitar facilmente, entrando em contato com a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração ou através do *e-mail* forumregionalmpe@sich.ba.gov.br, e através desse *e-mail*, você pode se habilitar, você vai fazer parte também desse importante ambiente de discussão.

O deputado Zé Neto saiu aqui, mas ele comentava a importância do setor atacadista, e é verdade. Hoje, existe um Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado, onde existem câmaras técnicas responsáveis por definição de políticas. O setor atacadista está ali representado. Agora, mais importante do que o setor atacadista, é o setor das micro e pequenas empresas. Esse é que gera emprego, gera renda, mantém todos esses números que foram aqui citados.

Bom, queria, mais uma vez, agradecer por esse evento, por essa oportunidade de estar comunicando a vocês essas pequenas mensagens e ressaltar, mais uma vez, a importância de a gente ter uma ação concreta e de cada um de vocês aqui presentes, junto a suas lideranças, junto aos seus prefeitos, na sua região, para que a gente possa, de fato, ter um Estado com diversos municípios com sua lei implantada.

Muito obrigado e bom-dia. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**10010-IV****Ses. Esp. 24/05/10****Or. Clóvis Ferraz**

Sessão Especial com objetivo de discutir a Regulamentação da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos municípios do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Queremos registrar a presença, neste exato momento, do deputado Clóvis Ferraz, que é o vice-presidente da Frente Parlamentar da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Empreendedor Individual. O deputado Clóvis Ferraz também teve a iniciativa de formalizar essa frente parlamentar, e hoje estamos tocando esse projeto, ele atualmente na vice-presidência. Posteriormente, é provável que assuma a presidência e eu continue na frente. Enfim, vamos ter uma reunião para discutir os encaminhamentos da Frente Parlamentar nos próximos dias.

Antes de conceder a palavra ao deputado Clóvis Ferraz, quero anunciar a presença do Sr. Alberto Evangelista, coordenador de Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial do Sebrae, e também da Sr^a Isabel Cássia, assessora da Superintendência do Sebrae. Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente e proponente desta sessão, deputado Álvaro Gomes, presidente também da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa; Sr. Superintendente do Sebrae-Ba, ex-deputado Estadual, Edival Passos; Sr. Superintendente da Secretaria de Indústria e Comércio e Turismo, Adhvan Furtado, representando o governador do Estado, Jaques Wagner; Sr. Presidente da Femicro, Moacir Vidal, demais presentes, representantes de entidades, senhores, senhoras, quando assumimos a presidência da Unale – União Nacional dos Legislativos Estaduais, que congrega os 1.059 deputados estaduais e da Câmara Distrital de Brasília, o nosso primeiro ato, em maio do ano passado, foi exatamente dar continuidade às ações que a Unale desenvolvia e discutia com o Sebrae Nacional.

Firmamos um convênio com o Sebrae, porque entendíamos e entendemos que o Sebrae tem um papel fundamental, de vital importância na implementação da Lei Geral da Microempresa e da Lei Complementar 12808, de 1º de julho de 2009, que é do deputado



Mendes Thame. Essa lei mudou o estatuto da Micro e Pequena Empresa e criou o chamado Microempreendedor Individual.

Assinamos esse convênio exatamente porque o Sebrae também entendeu que as Assembleias Legislativas têm um papel importante na difusão e na implementação das políticas para o microempreendedor individual. Já foram criadas dezoito frentes parlamentares nas Assembleias Legislativas, inclusive na Assembleia Legislativa da Bahia. Fizemos um seminário para discutir exatamente a Micro e Pequena Empresa, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul e Curitiba, no Paraná. Reunimos diversas Assembleias do País e diversos filiados à Unale, com o Sebrae Nacional, com os representantes do Sebrae de outros estados para fazer essa difusão e tentar... Entendemos, eu costumo dizer, nobre superintendente do Sebrae, Edival Passos, que o MEI – Micro Empreendedor Individual, é a verdadeira reforma tributária. É a verdadeira reforma tributária! Temos 11 milhões de trabalhadores informais em cerca de 170 profissões diferentes. Estão na informalidade, sem nenhum amparo da lei, sem nenhum amparo social. O MEI veio exatamente para resolver esse problema, que é um problema grave! E nós, a partir do momento em que se procura difundir... E um dos grandes problemas é a desconfiança. É preciso, como disse aqui o palestrante, que as prefeituras, os governos dos estados, regulamentem as leis nas prefeituras, nas Câmaras de Vereadores, para que chegue ao empreendedor individual, até aquele que está lá na ponta. Ele não vai entender muito. E daí? Vou me legalizar e o que é que eu vou ter em troca? Isso é verdadeiro, não é uma armadilha? É por isso que é preciso que todos estejam engajados. É um processo difícil, lento. Mas se todos se engajarem - Assembleias, prefeituras, Câmaras de Vereadores, governo dos Estados-, vamos atingir o objetivo que é trazer para a formalidade, para a legalidade, porque aí, sim, os trabalhadores informais estarão amparados pela lei sem nenhuma burocracia. E o ponto-chave, básico e bom dessa questão é não ter nenhuma burocracia.

Estão envolvidas todas as federações e associações e contadores que fazem isso gratuitamente, já está na lei. A formalização é simples e com uma grande vantagem: o trabalhador passa a ter todos os benefícios. Aquele trabalhador que tem um faturamento de até 36 mil reais por ano e tenha um empregado, isso já deve ter sido dito pelos palestrantes,



com o custo apenas de R\$ 51, 45 do INSS, mais R\$ 5,00 de ISS, R\$ 1,00 de ICMS e zero de taxa de abertura. Então a formalização é muito simples, mas é preciso que chegue na ponta, que chegue no trabalhador e só vai chegar se houver esse engajamento.

A Unale se propôs, nessa luta, ir as Assembleias para que sejam criadas as frentes parlamentares e para que essas frentes façam audiências públicas para difundir a Lei Geral da Microempresa e, por consequência, o meio que é o microempreendedor individual exatamente para chegar na ponta.

Eu quero aqui, mais uma vez, destacar o papel fundamental do Sebrae. O Sebrae tem feito um esforço e um trabalho de difusão da lei pelos municípios, pelos estados, para alcançar o objetivo que é trazer para a formalidade os trabalhadores informais.

A Bahia está em 4º lugar em termos de formalização, já é um avanço, mas nós precisamos ir mais longe.

(O Sr. Edival Passos se manifesta fora do microfone)

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Já passamos São Paulo? Ótimo.

Inclusive, tínhamos proposto um seminário com a Unale aqui na Bahia, mas por uma questão de agenda do Sebrae não foi possível se realizar, porém está na pauta, caro amigo Edival, para ver se fazemos isso em julho ou agosto. Eu gostaria de fazer numa cidade do interior, reunindo diversos municípios, exatamente para que isso venha servir de elemento de difusão para os outros municípios. Vamos conversar sobre isso, está na pauta do Sebrae nacional, porque aqui no Sebrae já havíamos conversado, e da Unale também.

Como foi dito pelo colega Álvaro Gomes, criamos a Frente Parlamentar. Ele entrou com um projeto e eu também. A única diferença é que ele entrou com o projeto da frente parlamentar da pequena e microempresa eu acrescentei microempreendedor individual, mas nós não temos nenhum problema de autoria, porque entendemos que o importante é juntar esforços para que possamos realmente atingir os objetivos, que são de formalizar, trazer para a formalidade esses empreendedores individuais, o micro empreendedor individual, eles estão na presidência, eu fiquei na vice-presidência para depois articular para ver como é que fica, mas sem problema nenhum.



O nosso objetivo é exatamente unir esforços e fazer audiências públicas nos municípios, onde quer que seja, com o Sebrae, com as entidades que estão participando desse esforço para que possamos concretizar os objetivos de trazer para a formalidade esses trabalhadores, que são muito importantes. O trabalhador que não tem, às vezes, o amparo na questão dos benefícios do INSS, no momento em que ele se formaliza já está amparado pela lei na questão do seguro, da aposentadoria, tudo isso. Então, acho que isso é importante.

Quero parabenizar o deputado Álvaro Gomes pela propositura desta sessão, aos participantes, o superintendente do Sebrae, a Femicro, todos aqui, o representante da Secretaria da Indústria e Comércio, representando o governador Jaques Wagner. Aqui não há nessa questão, eu diria que encontramos um ponto comum que não tem essa questão partidária, não tem cor partidária. Estamos fazendo um esforço, todos os partidos, também na União Nacional dos Legislativos Estaduais – Unale - não há cor partidária, todos os deputados do País participam, são 1.059 deputados e todos participam da Unale exatamente nesse esforço com o Sebrae para fazer a difusão desse importantíssimo instrumento, que é o microempreendedor individual.

Gostaria de enfatizar isso e parabenizar os participantes deste evento e dizer que vocês ajudam quando difundem esse instrumento, que é muito importante.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

**DL-02****Ses. Esp. 24/05/10**

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Tivemos aqui dois deputados, além de mim, que falaram, Zé Neto, que é o vice-presidente da Frente Parlamentar e também da Frente Parlamentar da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Empreendedor Individual, e Clóvis Ferraz que foi presidente da Assembleia Legislativa, atualmente é o presidente da Unale.

Além dos dois deputados, também temos na Assembléia, neste momento, a presença de deputados que passaram por aqui ou estão em seus gabinetes, Adolfo Menezes, Ângelo Coronel, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, que terminou de falar; Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Gaban, Gilberto Brito, Gildásio Penedo, Heraldo Rocha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Luciano Simões, Maria Luiza Laudano, Paulo Azi, Sérgio Passos, Valmir Assunção e Zé Neto. Então, são 23 deputados que se encontram nesta Casa Legislativa acompanhando em seus gabinetes esta sessão e passaram aqui para reforçar esta luta da microempresa e empresa de pequeno porte.

Queria agradecer a presença de Edival, que foi inclusive quem sugeriu a realização desta sessão especial, o Superintendente do Sebrae, que tem feito um excelente trabalho nessa área, inclusive, fazendo um apelo muito grande a todos os municípios, viajando pelo interior, organizando eventos com esse objetivo. Queremos também agradecer a presença aqui do representante do governador Jaques Wagner e também do Secretário de Indústria, Sr. Adhvan, não é um nome muito comum, é um pouco diferente, que está aqui representando o governo do Estado.

Diga-se de passagem, que o governo do Estado e o Sebrae têm feito um trabalho muito importante na orientação, na publicação, organização de eventos, fóruns da microempresa e várias outras atividades.

Agradeço, pela presença, a Moacir, que também é um antigo militante na área da microempresa, que tem frequentado muito a Assembleia Legislativa. Moacir tem



permanentemente participado dos eventos, tem sugerido eventos, e participado das votações que dizem respeito à microempresa. Em todos os eventos ele está aqui presente, juntamente com os demais diretores e associações das microempresas.

E agradeço também, por suas presenças, a todas as entidades e todos os participantes desta sessão especial que teve como objetivo central discutir a regulamentação da Lei Geral das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte e Empreendedor Individual nos municípios.

Esse é um desafio, Clóvis, de todos nós. A Frente Parlamentar tem o desafio, juntamente com o Sebrae, o governo do Estado e demais órgãos, de fazer com que num curto espaço de tempo tenhamos dezenas de municípios, o máximo de municípios possíveis com essa lei regulamentada. Esse é o desafio.

Eu acho que temos mais de 30 membros na Frente Parlamentar da Microempresa. E cada deputado, naturalmente, tem suas bases, seus prefeitos e os seus contatos. É importante que cada deputado busque-os.

Além do que o Sebrae e o governo do Estado vêm fazendo, informalmente a própria Frente Parlamentar já enviou ofícios, orientando como se faz a lei e a organiza.

Além disso tudo, eu acho que é importante também o trabalho corpo a corpo. Então, os deputados da Base do deputado Clóvis Ferraz devem ligar pessoalmente para os prefeitos. Com os prefeitos de nossa Base, de minha Base, por exemplo, independentemente de ser presidente da Frente Parlamentar também, eu tenho feito isso, pessoal e individualmente. Então, se fizermos isso, vamos conseguir fazer com que em curto espaço de tempo boa parte dos municípios já esteja com suas leis regulamentadas.

Às vezes, também existe uma falta de orientação ou falta de informação. E esta informação é fundamental.

Portanto, eu quero agradecer a presença de todos aqui.

Em nome do Poder Legislativo da Estado da Bahia, eu declaro encerrada a presente sessão.